

“O despertar das montanhas”

Paulo Alexandre Vasconcelos¹

Doutorando em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
paulofvasconcelos@gmail.com
orcid.org/0000-0001-8206-4582

PAIVA, Vasco (2020). O despertar das montanhas. Coimbra: Lápis de Memórias, 2020.

Resumo: Relatos e testemunhos da luta de finais da década de 1960 que rompeu com a "pacatez" do meio rural e das montanhas. Nessa luta os povos da montanha e os agricultores da região do Vouga insurgiram-se com a ação repressiva do Estado Novo português que de forma autoritária, confiscou os terrenos comunais aos povos que deles secularmente beneficiavam.

Palavras-chave: florestação; terrenos comunais; ditadura.

Abstract: Reports and testimonies of the struggle at the end of the 1960s broke with the "peacefulness" of rural areas and mountains. In this struggle, the mountain peoples and the farmers of the Vouga region rose against the repressive action of the Portuguese Estado Novo, which, in an authoritarian way, confiscated communal lands from the peoples who had benefited from them for centuries.

Keywords: afforestation; communal land; dictatorship.

¹ O autor conta com o apoio e financiamento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (UI/BD/152807/2022).

À Olívia que, assim, cumpre o sonho de chegar ao Brasil.

A obra *O despertar das montanhas*, da autoria de Vasco Paiva, Engenheiro Florestal de formação e ativista nas lutas antifascista e camponesa, coloca uma afirmação central, nomeadamente quando se refere que “Nada se faz sem a vontade do povo”. O campo onde essa luta se trava é nas serras e, sobretudo, nos terrenos comunais ou baldios, na região do Vouga. O marco temporal situa-se nos finais da década de 1960, momento no qual os povos serranos fizeram ouvir o seu grito de revolta contra os Serviços Florestais, prolongando-se até à Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.

Antes de entrarmos na análise da obra que tratamos, faremos uma breve descrição do que são os baldios ou terrenos comunitários, como eram utilizados nas diversas utilidades que as populações serranas davam aos mesmos, de forma a elaborarmos uma contextualização histórica sobre o assunto.

Os baldios, ou *montes veciñais* como dizem os nossos irmãos da Galícia, não sendo uma realidade exclusiva do país, constituem uma tradição muito antiga em Portugal, que remonta ao período medieval², época na qual os documentos reais reconheciam os privilégios e foram a base das políticas de arborização do plano de povoamento florestal.

Os usos e costumes que se relacionavam com o aproveitamento dos terrenos comunitários, eram, essencialmente, a roça do mato, a apascentação do gado, a exploração agrícola, a utilização de madeiras para fins económicos e o arranque das espécies arbóreas para o fabrico de carvão.

No decorrer do séc. XVIII em que diversos autores se pronunciam a favor do individualismo agrário e sobretudo no século XIX, no qual intensificam-se as posições desfavoráveis à existência de práticas comunitárias, assiste-se, conforme realça a Professora Margarida Sobral Neto (1982), a um movimento mais vasto que tinha como objetivo libertar a propriedade de todo um conjunto de limitações à sua fruição num sentido absoluto (NETO, 1982: 18).

² “Os primeiros reis, através dos instrumentos jurídicos tradicionais, os forais, usaram processos de povoamento e incentivo ao cultivo agrícola diversos de região para região, diferenças essas mais sensíveis entre métodos usados no Norte e no Sul, o que resultou no seu conjunto tanto do condicionalismo natural, de ordem física e demográfica (densidade da população) e político, resultante da luta da Reconquista e com os vizinhos castelhanos, como do condicionalismo económico-social, ligado às exigências da classe senhorial e ordens militares”. (Joel Serrão, 1982: 278)

É neste contexto que surge a introdução de relações capitalistas na agricultura, cujo evoluir exigia a supressão de formas coletivas de propriedade e o aparecimento de um enquadramento legislativo que promove as leis de desamortização, a extinção do morgadio e a supressão do compáscuo, com leis que datam de 1834, 1863 e 1867 respetivamente.

A contemporaneidade portuguesa é, assim, caracterizada por uma sucessiva privatização e desamortização desses terrenos, implicando que os baldios que compreendiam cerca de 4 milhões de hectares à entrada do último quartel de Oitocentos, passaram a representar apenas cerca de 450 mil hectares no final do regime do Estado Novo (PERY, 1875; Governo de Portugal, 1940; Baptista, 1976; Estevão, 1983).

Apesar da enorme importância das terras comunitárias para as populações locais, o regime do Estado Novo intensificou significativamente as políticas de arborização iniciadas em 1888 pelos Serviços Florestais nas serras de Manteigas e Gerês, através da elaboração de um Plano de Povoamento Florestal em 1938. Segundo a proposta de lei apresentada pelo governo, o povoamento florestal foi concebido para a arborização dos terrenos baldios situados a norte do Tejo e destinados por sua natureza à silvicultura, tendo sido fixados em seis períodos quinquenais o prazo para a execução dos trabalhos (Plano de Povoamento Florestal, 1940).

Feita esta breve contextualização histórica dos terrenos comunais ou baldios, a obra que aqui trazemos da autoria de Vasco Paiva, é fundamental para a compreensão do uso literal da palavra baldio³ pelo Estado Português no período do salazarismo e, para a análise do lugar que ocupavam as terras comunais na edificação do Estado Novo.

A obra *O despertar das montanhas*, conta com informação documental ao arquivo do autor, assim como, pessoal de António Afonso Nunes de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas de Vouga, região onde particularmente os agricultores, os povos e os quadros técnicos intervieram na luta com o seu saber. Contamos ainda com informação arquivística institucional e partidária como a do Grupo de Estudos Sociais do Partido Comunista Português (PCP), nomeadamente a referente a publicações periódicas tais como *A Terra, Avante!*. São ainda utilizadas algumas notícias do *Diário de Lisboa* e da *Gazeta da Beira*. No que diz respeito à bibliografia utilizada e outros textos de que Vasco Paiva se socorre, são feitas dez referências — praticamente todas em português, somente uma de língua francesa publicada sob a tutela da

³ O Estado Novo português interpretou de forma literal a palavra baldio, nomeadamente como terra sem cultivo, estéril, infrutífera e inútil, imprimindo medidas contrárias às práticas comunitárias com o Plano de Povoamento Florestal.

FAO —, entre as quais obras de carácter geral e artigos para revistas científicas, das quais destacamos a de António Hespanha (1990), da Junta de Colonização Interna (1939), ou o artigo para a *Revista Análise Social* de João Estevão (1983).

A problemática central da obra encontra-se explanada no tema sobre o meio rural e as lutas nos anos 60 e seguintes (p. 13) e nas características comuns às lutas dos agricultores (p. 25), que antecedem a estrutura do livro dividido essencialmente em três partes. Na primeira parte, intitulada *os baldios e a economia de montanha*, dividida por sua vez em sete pontos, o autor que é natural de uma freguesia do concelho de Matosinhos, mas que após uma passagem à clandestinidade como funcionário do PCP assumiu responsabilidades políticas do partido no distrito de Aveiro, alude para o facto de que “nos protestos e lutas que ocorriam pelo distrito sobressaía a problemática dos baldios” (PAIVA, 2020: 31). Assim, nesta parte contamos com uma breve incursão da luta pela restituição dos baldios das freguesias do concelho de Arouca e de São Pedro do Sul, ou de “Talhadas do Vouga — onde tudo recomeçou” (PAIVA, 2020: 43), “Préstimo — para onde a luta se espalhou de seguida” (PAIVA, 2020: 53), entre outras, aos povos que secularmente vinham beneficiando desses terrenos, colocando a tónica na crítica à ação dos Serviços da Administração Central do Estado, nomeadamente a repressão levada a cabo pelos Serviços Florestais com a arborização forçada dos terrenos comunais. Esta primeira parte tem como último capítulo “a vitória dos povos dos baldios” (PAIVA, 2020: 67), na qual o autor apresenta-nos uma nova fase da vida nacional que se assemelhava a “uma lufada de ar fresco e livre que corria as aldeias” (PAIVA, 2020: 67). São ainda apresentados relatos em primeira mão e disserta sobre as formas de organização coletiva que o 25 de Abril de 1974 originou, concretamente nas assembleias e reuniões de agosto do mesmo ano, apresentado inclusive o texto enviado ao primeiro-ministro português da época Vasco Gonçalves, e, aos Ministros Victor Alves e Álvaro Cunhal⁴.

Na segunda parte da obra, cujo título é “O comboio do vale do Vouga e o incêndio” (PAIVA, 2020: 73) e que tem com pouco mais de seis páginas, contamos com relatos e testemunhos sobre o fogo que deflagrou na região em “julho de 1972 com as fagulhas do comboio a vapor, do carvão que saltava incandescente” (PAIVA, 2020: 67). O autor responsabiliza os Serviços Florestais em larga medida pelo aumento da carga de combustível que se foi acumulando nos

⁴ O texto apresentado ao Governo Provisório era intitulado de “Os Baldios usurpados pelos Serviços Florestais e pelos grandes proprietários devem ser restituídos ao Povo” em 27 de agosto de 1974.

terrenos que tinham sido arborizados e nos quais se impedia a apascentação do gado que acabaria por agravar a falta de limpeza dos matos (PAIVA, 2020: 67). Vasco Paiva menciona ainda nesta segunda parte, o papel da Coflora, Cooperativa Florestal das Beiras como organização aglutinadora de ativistas e grupos informais que se iam criando para contraporem a ação de cartel e corporativa da Madeiper, a Organização Central de Abastecimento de Madeiras, que funcionou como um monopsóquio (PAIVA, 2020: 74).

A obra de Vasco Paiva conta após esta segunda parte com um total de cinco pontos, que poderiam na nossa opinião ter formado apenas uma única parte, pois dizem respeito a pequenos relatos de produtores de leite, de gado, de vinho, de batata e de aves. Neste sentido, à segunda parte segue uma terceira que, digamos assim, visa a caracterização da vida de determinados produtores e a ação de luta que empreenderam na região durante o período de finais da década de 1960.

Seguidamente e, em jeito de considerações finais, o autor refere e procura dar uma explicação de como apareceram estas lutas dos povos serranos, afirmando que “estas iniciativas e ações não foram espontâneas” pois as mesmas enquadravam-se e resultavam de “um trabalho persistente que ia desde a identificação e do levantamento dos problemas, à necessidade de convencer os ativistas e as populações das vantagens e dos benefícios que podiam resultar da concretização dessas movimentações (PAIVA, 2020: 103)”. Para a luta da reconstituição dos terrenos comunais aos povos, o autor (PAIVA, 2020: 106) identifica algumas individualidades da região, das quais se destaca o papel do advogado que acompanhou todo o processo e dando um apoio fulcral na divulgação das reivindicações e no enquadramento legislativo das mesmas face ao poder totalitário do regime fascista português.

Por fim, após as considerações finais são apresentadas as fontes e bibliografia, seguida de uma cronologia com as datas e os acontecimentos mais importantes e uma parte destinada aos anexos, onde é apresentado em forma de balanço as lutas reivindicativas e políticas no norte de Portugal em 1973, exposições dos povos que habitavam os territórios tratados na obra, entre outras informações.

A obra *O despertar das montanhas*, de Vasco Paiva, afigura-nos como um importante contributo para a compreensão da problemática em torno dos baldios, assim como dos movimentos históricos e políticos na confrontação com o poder do Estado Novo português.

Realçamos o esforço do autor por correlacionar as questões em torno da reivindicação dos terrenos comunais aos seus usufrutuários seculares, contrapondo que, essa alienação e confiscação dos terrenos levou a um decréscimo significativo do número total de cabeças de gados e a um aumento do despovoamento humano na região. Neste sentido e, em jeito de reflexão final, pensamos que esta obra permite-nos questionarmo-nos se não poderemos estar perante um tema complexo e paradoxal, no sentido em que, tendo presente o ideário salazarista do mundo rural e os costumes que diziam preservar, estas ações não terão implicado um aumento da migração e emigração, assim como, a desertificação de alguns territórios rurais e a proletarização de muitos habitantes destas regiões com a confiscação do único sustento que detinham e o crescimento de jornaleiros?

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1976). *Portugal 1975. Os campos*. Lisboa: Afrontamento, 1976.
- ESTÊVÃO, João (1983). A florestação dos baldios. *Revista Análise Social*, n. 19, pp. 1157-1260.
- GOVERNO DE PORTUGAL (1940). *O Plano de Povoamento Florestal*. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1940.
- HESPANHA, António Manuel (1990). *História das Instituições*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990.
- J.C.I (1939). *Reconhecimento dos baldios do continente*. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 3 vols., 1939.
- NETO, Margarida Sobral (1982). A população de Mira e a Desamortização dos Baldios na segunda metade do séc. XIX. *Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1981.
- PERY, Gerardo (1875). *Geografia e Estatística de Portugal e Colónias*. Lisboa, 1875.